

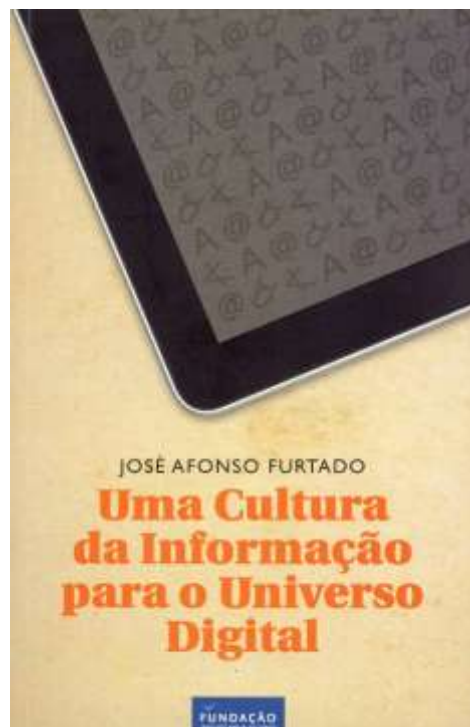
Uma cultura da informação para o universo digital

José Afonso Furtado

A obra editada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos em Setembro de 2012 representa uma nova incursão de José Afonso Furtado num universo que tem sido, pelo menos nos últimos anos, um particular objeto da sua reflexão e que é o do universo digital, suas configurações e problemáticas várias, bem como a questão das transformações paradigmáticas entre o analógico e o digital. Recorde-se que em 2006 Furtado tinha dado à estampa o seu “O Papel e o Pixel: do impresso ao digital: continuidades e transformações”¹

Se em o “Papel e o Pixel” se tratava sobretudo de refletir sobre as novas configurações do livro, da leitura e da edição na era digital, agora com este “Cultura da Informação” trata-se fundamentalmente de abordar as questões que se levantam na relação entre o indivíduo e o universo da informação.

Após a leitura das 232 páginas da obra, o leitor facilmente compreende que foi conduzido, através de uma cerrada argumentação que carrega em seu favor os mais diversos autores e evidências de resultados de investigações aplicadas, passo a passo na demonstração da tese central que se pretende construir, a qual, de alguma forma e para um leitor mais atento ao significado do título, já teria intuído. Efetivamente, o que Furtado pretende demonstrar é que, muito mais do que as tradicionais literacias encaradas como uma espécie de tecnologia para ganhar as competências necessárias para lidar com as transformações e ultrapassar a fratura digital, o que é realmente fundamental é uma cultura da informação, a qual implica uma nova literacia, mas igualmente uma nova ética para esse universo (cap. 5 e 6).



O que justifica então essa necessidade de uma nova literacia, primeiro elemento dessa novel cultura da informação? Refira-se em primeiro lugar que, exatamente, grande parte da obra é ocupada a responder a esta questão. Na verdadeira análise fatorial que o Autor empreende são várias as linhas ou variáveis que confluem para uma resposta multivariada. No entanto, uma destas variáveis assume um papel absolutamente relevante – a da fratura digital –, pelo que ela pode representar de aprofundamento de desigualdades sociais, económicas e culturais anteriores e criação de novas. Como se afirma a páginas 231 “as raízes socioculturais da fratura digital são tão expressivas que ninguém tem o direito de as menosprezar”, menosprezo que só contribuirá, no futuro, para tornar as desigualdades ainda mais desiguais.

Depois de fazer uma verdadeira história das concepções sobre a fratura digital dominada muito tempo pela confusão entre acesso técnico e acesso cognitivo à informação, analisa as mais recentes concepções, mesmo a designada teoria da Fratura Digital de Van Dijk, para destacar que o que se tem mais recentemente pretendido é “evitar uma noção redutora da fratura digital e prestar uma crescente atenção ao seu contexto social, psicológico, cultural, sublinhando a motivação, o acesso físico, a competência e o uso como fatores-chave nos novos modos de comportamento na sociedade da informação” (pp. 170–171). É a partir desta noção alargada que vão ser definidas, com base no mesmo autor, as novas competências digitais, agora vista em três fases: as competências operacionais, as informacionais e as de uso. É sobretudo ao nível destas últimas que ocorre o designado “Efeito Mateus”, determinante para que seja neste momento que “todas as desigualdades verificadas em anteriores níveis de acesso surgem em conjunto e se misturam com todas as desigualdades económicas, sociais, culturais e políticas já existentes” (p. 174). Efetivamente, o uso da informação é bastante determinado pelo capital social e cultural dos indivíduos, condição que, segundo Furtado, se torna ainda mais determinante na sociedade em rede, já que “nela, a posição interior ou exterior à rede trona-se vital, pois define as oportunidades e o poder de cada um na sociedade: permanecer no exterior das redes significa total exclusão. Estar no seu interior pode significar exclusão parcial quando a posição ocupada é marginal” (p. 175). Assim, o problema da fratura digital não é definitivamente um problema entre nativos e emigrantes digitais, verdadeiro mito urbano da sociedade da informação.

No entanto, a fratura digital não é o único fator a determinar a necessidade de uma nova cultura da informação. Um leitor negligente (no sentido em que Furtado convoca este conceito ao longo desta obra e que veremos mais à frente) terá tendência a considerar eventualmente despropositado e a “saltar por cima” das 40 págs. que constituem o capítulo primeiro intitulado “Do aparecimento da escrita à ilusão da alfabetização universal”, onde o autor largamente discute os problemas da alfabetização clássica; bem como, embora provavelmente de forma menos imediata, as 29 que constituem o capítulo seguinte (intitulado “A noção de literacia”) no qual se faz também uma análise do conceito de literacia tradicional enquanto “capacidade de utilizar informação escrita e impressa para responder às

necessidades da vida em sociedade, para alcançar objetivos pessoais e para desenvolver os conhecimentos e os potenciais próprios” (p. 76), e da situação atual de alguns países quanto ao nível de utilização destas capacidades na respetiva população, para concluir, destacando os impactos do que se pode eventualmente considerar a fratura do analógico, que “a ausência de competências de literacia ou a sua posse em níveis bastante limitados não podem ser hoje ignoradas enquanto ameaças efetivas de exclusão social, ao passo que, para os países, perfis globais de literacia baixos constituem sérios obstáculos aos desenvolvimento” (p.86). No entanto o leitor atento, o que dedica tempo à skholé (p. 206), compreenderá finalmente a importância e o porquê do tratamento destes temas. É que a nova literacia não é uma moda, pelo contrário, ela apoia-se em realidades que permanecem e uma delas é exatamente a literacia do impresso, reforçando o A. que esta literacia tradicional ganha mesmo “uma acrescida importância no ciber mundo mediado por computador, na medida em que se torna necessário trabalhar com, e examinar criticamente, enormes quantidades de informação” (pp. 221-222).

À continuidade destes problemas veem agora juntar-se as transformações paradigmáticas que configuram a sociedade da informação que, segundo Furtado, está fundamentalmente a “modificar quotidianamente a nossa perspectiva sobre a natureza última da realidade, isto é, a nossa metafísica, que está a passar de um entendimento material, em que os objetos e processos físicos exerciam um papel-chave, para um entendimento informacional, em que objetos e processos são desmaterializados, no sentido em que tendem a ser independentes de um suporte físico, tipificados e que se assume serem perfeitamente clonáveis” (p. 147). Esta nova sociedade tem vindo a produzir uma infoesfera cada vez mais síncrona, deslocalizada e correlacionada (p. 147), mas também um “espaço comum que necessita de ser preservado para benefício de todos” (p. 148). De entre os vários problemas que esta transformação pode levantar e para os quais a nova literacia deve dar resposta contam-se a característica negligente das novas gerações e o seu deficit de atenção, entendendo negligência por “todas essas ações de não leitura, de recusa de ler, ou de «má» leitura” (p. 210); a crise da autoridade e a infopoliuição.

Assim, a conjugação de problemas antigos teimosamente persistentes e a emergência de novas realidades, que torna a fratura digital um sério problema civilizacional, exigem uma nova literacia da informação e uma nova ética.

Ultrapassando as discussões mais comuns sobre as literacias, incluindo o conceito mais recente de transliteracia, que não deixam de ser discutidas pelo A., parece bem mais interessante a opção que toma, na esteira de Olivier le Deuff, de considerar três grandes conceções (a economicista, a biblioteconómica e a cidadã) para finalmente destacar que o “ponto principal às diversas literacias deve ser o entendimento de que o problema não é apenas material, mas intelectual e até mesmo cultural” (p. 200). Sendo assim, a nova literacia da informação deve dar resposta, para além das várias permanências de velhas questões,

aos novos problemas que agravam a fratura digital, a saber: as infopoluições, as negligências e a complexidade dos documentos digitais, mas também as “transformações nas mediações tradicionais com o desenvolvimento das novas ferramentas ligadas à Web 2.0” (p. 201). Desta forma, a nova literacia da informação é uma cultura global de natureza técnica, quer porque é herdeira de uma herança documental “que agrega quer as técnicas da documentação quer todos os sistemas de gestão de traços, metadados e outros sistemas que lhe permitem encontrar o seu percurso” (p. 226), quer porque “assenta numa relação que não é de simples uso, mas de maioridade, pelas técnicas que permitem ao indivíduo aprender, compreender, mas também produzir” (p. 226). Sendo assim, educar para a nova literacia é “fornecer oportunidades para que as pessoas aprendam a comunicar de modo mais eficaz, mas também a enfrentar de modo crítico e informado a desintegração das convencionais perspetivas sobre o mundo, das ordens mundiais e das formações sociais...” (p. 227). Mas a formação desta cultura da informação não passa apenas pela aquisição de competências, como uma visão mais economicista e gestionária da literacia tende a considerar, exige uma nova ética, a qual, de acordo com Floridi, se rege por quatro normas básicas (p. 231) que visam manter livre, democrático, partilhado, seguro o complexo espaço da infoesfera.

Em síntese pode dizer-se que esta é uma obra essencial para bibliotecários, professores, mas também para decisores políticos interessados em verdadeiramente contribuir para diminuir as desigualdades sociais e culturais e que vejam um pouco para além do *Magalhães* e da *Banda Larga*. Mas, não é uma obra para leitores apressados que queiram encontrar uma nova receita para programas de formação em literacia da informação, nem para pragmáticos que veem o Mundo bipolarizado pelas “Teorias das Grandes Divisões”.

Nota

¹ Recensão publicada em *Cadernos BAD*, 2, 2007, 105-107

FURTADO, José Afonso (2012) – *Uma cultura da informação para o universo digital*. Lisboa : Fundação Francisco Manuel dos Santos, 246 pp. ISBN: 978-98-984-2457-0

Paulo Jorge Oliveira Leitão